



A GESTÃO EDUCACIONAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS.

Rafaela Thomazini Monteiro ¹

RESUMO

O referido estudo teve como objetivo diagnosticar e analisar como acontece o processo de inclusão em escolas financiadas pelo governo, quais os recursos são disponibilizados e qual o preparo que o gestor educacional deve ter, frente a essas múltiplas necessidades que os discentes apresentam quando chega à escola com suas particularidades, quais as medidas para combater a evasão desses discentes, o que está sendo feito para que não haja segregação de educandos que não se encaixam em padrões idealizados. Se as Escolas Públicas nos seus diferentes segmentos, têm autonomia e liberdade de ação, podendo as mesmas serem consideradas escolas democráticas. O trabalho, feito através de pesquisa bibliográfica, visa também, colocar a importância do trabalho do gestor educacional na história, com a explicação de autores que se propuseram a pesquisar e trazer resultados relevantes sobre o tema.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Gestão escolar; Gestão participativa.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema que está presente em todos os âmbitos de nossa sociedade, quando falamos em Educação partimos do princípio que todos tem direito de acesso e permanência educacional, independentemente de suas singularidades.

O presente trabalho teve por objetivo analisar o papel do gestor como o responsável por buscar alternativas para que a inclusão de fato aconteça.

Num primeiro momento foi feito uma reflexão sobre o desenvolvimento histórico e legislativo da inclusão no Brasil, processo pelo qual se deu os moldes em que ela ocorre atualmente. Onde nos primeiros momentos da educação inclusiva foi marcado pela Declaração de Salamanca de 1994, que reafirmou o direito das crianças e adolescentes com necessidades especiais à educação sem distinção. E no Brasil, através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1998, esse direito foi consolidado no art. 58, relatando que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

¹ Pós-graduado pelo Curso de Gestão Escolar: Orientação e Supervisão da Faculdade de São Vicente - SP, raythomazini@gmail.com;



Após foi feito uma análise do papel do gestor educacional como um dos responsáveis para a construção de uma escola inclusiva e democrática, situando a pesquisa no contexto de escolas públicas brasileiras.

Como contextualização do campo de pesquisa foram aplicados questionários em uma escola publica do interior do estado do Rio de Janeiro, onde gestor e professores relataram qual o suporte físico e educacional é dado aos alunos inclusos.

Refletir sobre educação no contexto atual é pensar sobre os processos de inserção dos diversos grupos sociais nas instituições formativas e os impactos desta formação na construção de suas identidades. Analisar os processos de inserção exige reflexões no âmbito das políticas e práticas de inclusão nos diversos espaços educativos. As políticas de inclusão social são fruto de lutas oriundas de movimentos sociais, com o olhar voltado para os excluídos e priorizando as suas necessidades, buscando promover a cidadania como direito essencial a vida.

A partir desta problematização, o presente artigo pretende discutir quais os desafios e possibilidades encontrados no processo de inclusão nas escolas publicas brasileiras, buscando evidenciar através da gestão democratica, caminhos para que essa inclusão aconteça. Nossa intenção não é apresentar fórmulas prontas, mas sim trazer uma reflexão sobre a temática.

METODOLOGIA

- Pesquisa bibliográfica: visa compreender os enfoques teóricos, relativos à inclusão em instituições da Educação Básica.
- Entrevista com especialistas: conversar com profissionais envolvidos na área acadêmica para investigar as relações de inclusão na prática educativa.
- Coleta de dados: entrevistar gestores para relatar suas experiências.

Analise de dados para a conclusão

REFERENCIAL TEÓRICO

UM BREVE ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO NO BRASIL

O primeiro grande marco da Educação Especial no Brasil foi em 1854, quando Dom Pedro II admirado com o trabalho de um jovem cego em educar com sucesso a filha do médico da família imperial. Dom Pedro II criou então o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1891 a escola passou a se chamar Instituto Benjamin Constant - IBC.



Em poucos anos D. Pedro II também criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos em 1857. Em 1957 a escola passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Ainda no período imperial, em 1874, iniciou-se o tratamento de deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia (hoje hospital Juliano Moreira).

Logo após a proclamação da República, a Deficiência Mental começa a se destacar nas políticas públicas, pois acreditavam que esta deficiência pudesse implicar em problemas de saúde - uma vez que era vista como problema orgânico e a relacionavam com a marginalidade, além de temerem pelo fracasso escolar. Por volta de 1930 surgiram várias instituições para cuidar da deficiência mental, em número bem superior ao das instituições voltadas para as outras deficiências.

Assim, diante das demandas, exigências e notoriedade ao tema, foram surgindo à necessidade de outros centros de apoio que acolhessem e educassem as PcDs. Desse modo, historicamente, destacam-se: o Instituto Pestalozzi para as pessoas com deficiências mentais, fundado no começo do século XX, em 1926; em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado as pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi; em 1950, foi criada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) e em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE).

Com a criação das primeiras entidades privadas marca-se no Brasil outro fato histórico que são a filantropia e o assistencialismo. Estes dois fatos colocam as entidades privadas em primeiro lugar na história da educação especial brasileira neste período, pois o número de atendimentos realizados por elas era muito superior ao realizado pelas públicas, e, por essa razão tinham certo poder no momento de discutir as políticas públicas junto a instancias governamentais.

Lei 4.024/1961: João Goulart publica em 20 de dezembro de 1961 a primeira LDBA Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. Esta antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional previa o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Lei 5.692/1971: Se configura pela segregação de alunos especiais. Alterou a LDBEN de 1961 e definiu “tratamento especial” para alunos com deficiências físicas e mentais que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades



educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973 é criado pelo MEC o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, órgão responsável por coordenar a educação especial no Brasil, que, apesar de seguir o modelo integracionista, impulsionando medidas educacionais que tinham como base alunos com deficiência e superdotação, porém ainda estavam enraizadas de campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Constituição Federal de 1988: A Constituição Federal de 1988 também bem conhecida como a "Constituição Cidadã" traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Declaração de Jomtien 1990: Determina o fim de preconceitos e estereótipos de qualquer natureza na educação.

Lei 8859/94: Modificam dispositivos da Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977 (Lei de Estágio, revogada pela Lei 11.788/2008), estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.

Declaração de Salamanca. Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Em 1996 cria-se a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/1996, que, regulamento que o ensino deve ser dado preferencialmente em na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, sendo dado todo o apoio que ele necessite para isso. Em seu artigo 59, também garante que os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica.

Portanto os avanços da nova LDB estão divididos em duas vertentes, sendo a primeira: O atendimento educacional é gratuito. Portanto, a oferta do atendimento



especializado, no âmbito da rede oficial de ensino, não pode ser cobrada; e segundo: Pessoas em idade escolar são consideradas “educandos com necessidades especiais”, o que pressupõe um enfoque pedagógico em se tratando do atendimento educacional. O artigo 58, da LDB, no entanto, vai misturar um pouco os enfoques clínico e pedagógico ao conceituar a educação especial “*como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais*”.

A criança cujo desenvolvimento se há complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvido que seus coetâneos normais, é uma criança desenvolvida de uma outra forma (Vygostky, 1989, p. 3)

Com a trajetória da inclusão no Brasil podemos perceber que passamos por varias etapas em que o especial era visto como menos capaz ou até mesmo incapaz de aprender, hoje com os avanços nas pesquisas relativas a educação, concluímos que todos são capaz de aprender, o que deve mudar é como ensinamos e como acolhemos as diferenças de nossos alunos. A educação é o espaço responsável por conscientizar, e politizar, construir a consciência critica-reflexiva no processo de ensino-aprendizagem, tendo um importante papel na (des)construção de preconceitos.

A GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRATICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO

O artigo 14 da LDB LEI 9.394/96 define que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDB, 1996, p. 15)

Diante da grande diversidade de nossas escolas o gestor como alguém tão importante tem que estar preparado para atuar nessa diversidade. O gestor tem que estar sempre atento as necessidades que os alunos venham apresentar, orientando os profissionais envolvidos no processo de inclusão a buscar sempre novas práticas.

A cada ano a necessidade de inclusão cresce, assim como a necessidade de conhecimentos novos, fazendo-se necessária atualização constante dos profissionais envolvidos no ato de educar.

O MEC(2004) relata em seu texto a atenção quanto ao suporte necessário aos educadores e gestores em prol de uma escola inclusiva.



É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado pela escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa própria. A busca por iniciativa própria sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação. (MEC, 2004, p. 23).

É preciso que a escola esteja centrada numa gestão democrática e acolhedora, cujo objetivo central seja o de suprir as necessidades dos educandos. A Gestão Democrática é caracterizada pelos da participação, transparência e democracia. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

ESCOLAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO

De acordo com a Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) e da Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2007), é assegurado a matrícula no ensino regular ao educando com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, superdotação em classe comum com acompanhamento educacional especializado em turno inverso, o que exige flexibilidade pedagógica, utilizando recursos diferenciados para as múltiplas formas dos alunos aprenderem.

Na teoria a inclusão deveria não apenas matricular os alunos com necessidade especial em classes regulares, mas permitir que eles participem e aprendam de maneira ativa em escolas regulares.

O trabalho pedagógico é garantir o direito de aprender de todos e a falta de preparo e conhecimento tem sido apontada por muitos professores como principal fator da exclusão.

Nas comunidades escolares, gestores e professores que recebem estes alunos em sala de aula regular, deparam-se com desafios educacionais diferentes daqueles habitualmente formam o repertório de situação de cotidiano escolar, o que tem gerado insegurança quanto a forma de lidar com o educando, visto que a prática nas escolas é bem diferente do que aprenderam durante sua formação.

Para que o ensino aconteça, além dos professores regulares é preciso que toda a comunidade escolar esteja disposta a enfrentar os desafios do cotidiano educacional, para além



dos muros da escola os pais e familiares tem que participar ativamente do processo de ensino para que ele aconteça de forma complementar.

Com recursos e apoio limitado é preciso que os gestores busquem o apoio da comunidade externa para que as necessidades dos educandos sejam assistidas, o gestor educacional deve garantir que as barreiras educacionais e pedagógicas sejam ressignificadas em situações de aprendizagem, propondo que a escola forme uma equipe colaborativa que juntos busquem soluções para combater essas barreiras educacionais, oportunizando um ensino diversificado e assim garantindo o aprendizado de todos. A ideia de uma educação homogenia deve ser combatida para que a diversidade seja incluída.

O maior vilão da inclusão no Brasil é a ausência de recursos materiais, pedagógicos e humanos, com classes super lotadas o professor encontra dificuldade em acompanhar individualmente as necessidades de cada discente o que acarreta a segregação destes alunos.

A inclusão deve respeitar os aspectos qualitativos para além dos quantitativos. É preciso que se complete o ensino regular com as AEE (Atendimento Educacional Especializado) através de salas de recursos multifuncionais.

O surgimento das AEE foi para apoiar e ajudar os professores que trabalham com crianças que apresentam alguma deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. É um atendimento importante oferecido em escolas regulares, sendo garantido pela Constituição Federal 1988. O atendimento nas AEE deve ser ofertado em horário oposto ao ensino regular, por um psicopedagogo, trabalhando juntamente com os docentes com a intenção de orientar e dar apoio pedagógico a esses professores.

É através deste atendimento que são identificados e organizados os recursos pedagógicos envolvendo a interdisciplinaridade para a inclusão destes alunos.

O gestor educacional preocupado com a inclusão abre espaço para o diálogo para troca de experiência e a interação entre todas que são ANEE (alunos com necessidade educacional especial) ou não, valorizando e respeitando as diferenças e individualidade de cada um.

O gestor escolar comprometido em promover a inclusão, envolve-se na organização das reuniões pedagógicas e participativas, está sempre atento às adequações que devem ser feitas no currículo para incluir, sempre ativo na tomada de decisões e providências administrativas necessárias para a implementação do projeto de educação inclusiva.

NÓVOA (1995) salienta que uma proposta de inclusão em educação exige uma refinada capacidade dos educadores de pensar, agir e sentir os “problemas” que surgem durante a pratica



pedagógica. Portanto ao professor é delegada a função de estar atentos e abertos as infinitas possibilidades de mudanças, garantindo um ensino de qualidade a todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2019(dois mil e dezenove) foram aplicados questionarios com professores e gestores de uma escola localizada no interior do Rio de Janeiro, na cidade de Itaperuna, Escola Municipal Vereador Elzo Galvão da França conta com 186 alunos, divididos entre a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

A escola conta com a infraestrutura com rampas de acesso e banheiros adaptados para crianças, sendo composta por 8(oito) salas, estando 1(uma) condenada para uso, possui 6(seis) banheiros, 4(quatro) para os alunos e 2(dois) para os professores, 1(um) refeitório, a escola não possui biblioteca, os livros ficam na direção e as crianças não tem acesso.

O currículo da escola acompanha o currículo mínimo oferecido pela SEMEL, as reuniões como conselhos de classe, reuniões com pais e de planejamento são periódicas.

A equipe gestora é formada por mulheres com mais de quarenta anos de idade, sem formação especifica para atuar como gestor, mas com experiência de mais de 10(dez) anos de carreira na área da educação.

De acordo com as participantes, não sentem totalmente preparada para lidar com a inclusão, mas procuram atender os alunos inclusos da melhor forma possível.

Elas procuram sempre estar disponível para dar o suporte que os professores precisam de acordo com as necessidades do professor e a disponibilidade da escola.

Sobre o caso de a inclusão ajudar ou atrapalhar os alunos ditos normais, a equipe gestora salienta que depende muito do caso. Se for um caso mais simples não faz diferença, mas um caso mais complicado de PNEEs prejudica sim.

Quando perguntadas se a inclusão realmente funciona afirmaram que sim, dependendo do grau de dificuldade do incluído. E também se tiver professor qualificado para atender essas crianças.

As respostas da equipe gestora da escola não permitem uma visualização do ato inclusivo diário. A uma preocupação da equipe gestora em oferecer o suporte para os professores, mas não há participação efetiva na inclusão dos PNEEs nas salas de aula do ensino regular.



O perfil dos professores entrevistadas são em sua maioria mulheres com idade entre vinte e cinco anos e quarenta anos, com formação em Licenciatura em Pedagogia, sem formação a nível de pós-graduação, com mais de cinco anos de carreira no magistério.

Segundo as professoras elas se sentem preparadas para trabalhar com alunos inclusos.

De acordo com as professoras adotam a pedagogia dos conteúdos em que todos tem acesso ao mesmo tipo de ensino e conteúdo. Acreditando na proposta sócio interacionista desde que não se jogue de lado a parte positiva do tradicionalismo.

Para as entrevistadas a principal ferramenta da inclusão é o amor, buscando sempre pesquisar e propor aulas mais interativas, dinâmicas, sequências dialéticas, jogos, etc., acreditando que o lúdico é a chave para obter a atenção prazerosa dos alunos. Afirmam que a escola em que trabalham busca um atendimento diferenciado, porém o que ainda faz com que estes alunos inclusos não se desenvolvam ou participem como deveria são as condições e recursos que o governo deveria proporcionar e não ocorre. A escola tem alunos inclusos, mas nenhuma escola do município foi preparada para isto, não possuindo salas de recurso, sem profissionais da área da saúde formados e destinados a este foco de ser uma equipe multidisciplinar. O que ocorre até então é a entrada e permanência destes alunos, e o professor de sala de aula sozinho tenta fazer alguma diferença.

As professoras se sentem amparadas pela escola, mas falta o amparo do governo, se falta material escolar, por exemplo, tem que tirar dos próprios bolsos.

Para as professoras a inclusão não funciona na rede pública de ensino, acreditando que escolas especiais como as APAEs são mais adaptadas do que simplesmente jogar os alunos com necessidades educacionais especiais dentro de uma escola carente de tudo, como merenda, materiais, profissionais, etc. Uma professora salientou que admira o trabalho das APAEs, pois recebe alunos que frequentam esta instituição e o progresso é sempre mais significativa. Os alunos vêm mais preparados para estudarem no ensino regular, na escola dita “normal”.

Uma das respostas mostrou uma realidade presente em muitas escolas, em razão de turmas superlotadas o professor fica sobrecarregado, tornando o desafio da inclusão ainda mais difícil.

Em análise da entrevista foi possível perceber o conformismo nas respostas diante da situação, à maioria disse fazer o que está ao seu alcance. Isso sugere que os próprios professores têm consciência de que se tivessem recursos e apoio muito mais poderia ser feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este estudo teve como objetivo analisar a percepção de gestores e professores no que se refere a inclusão de PNEEs na Escola Municipal Vereador Elzo Galvão da França, situada no interior, no município de Itaperuna-RJ.

Esta pesquisa foi desenvolvida em três etapas: estudo bibliográfico, documental e pesquisa de campo; entrevistas com gestores e professores; e por último análise dos dados e discussão dos resultados.

O referencial teórico estudado foi para analisar as leis que garantem o acesso ao ensino de alunos com NEEs. A LDB garante a inclusão do estudante especial como um direito e o gestor deve contribuir com a lei e com a normalização referente ao acesso dos NEE, no ensino regular.

A pesquisa de campo demonstrou que a maior dificuldade reside no sentimento de solidão dos professores para lidar com as vicissitudes de ensino inclusivo.

Em relação ao conceito de gestão escolar, observou-se que prevaleceu o entendimento de gestão compartilhada, mas os entrevistados não relacionaram a necessidade de uma gestão compartilhada com a construção de uma escola inclusiva.

Este trabalho permitiu concluir, que o trabalho do gestor educacional vai muito além da obtenção de recursos, ele é um articulador e apoiador dos saberes pedagógicos, deve estar comprometido com o cotidiano de sala de aula. Para que a inclusão realmente aconteça cabe ao gestor oferecer as condições adequadas conforme a realidade de sua escola.

O aluno tem direito à Educação regular em seu turno e ao atendimento especializado no contra turno, responsabilidade que não compete ao professor de sala. Para tanto, o gestor pode buscar informações na Secretaria de Educação Especial do MEC, na Secretaria de Educação local e em organizações não governamentais, associações e universidades.

Cabem aos gestores concentrarem esforços na tarefa de fazer chegar às escolas os instrumentos para operacionalizarem o desafio do sucesso do ensino e da aprendizagem. Esta tarefa sem trégua está posta para todos. A ela não podem se furtar a(s) política(s) e a gestão da educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.



BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. Declaração de Salamanca. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 10 de abril de 2019.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

MANTOAN, M. T. E Educação Inclusiva – Orientações Pedagógicas. Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp> Acesso 11 de abril de 2019.

NÓVOA, Antônio (Coord.). Os professores e a sua formação. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. Plano Nacional de Educação (2011-2020). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em 15 de março de 2019.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1/2004:** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2019.;

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de out. 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. _____. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de (Org.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 27-42.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Ed. Científico Técnica, Ciudad de la Habana, Cuba, 1987.